

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

COVID-19:

Consequências econômicas e organização social



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

COVID-19:

Consequências econômicas e organização social



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

COVID-19: consequências econômicas e organização social

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C873 COVID-19: consequências econômicas e organização social / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-336-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.368210508>

1. Pandemia. 2. Covid-19. 3. Economia. 4. Organização social. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 614.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O objetivo do presente livro, “COVID-19: Consequências Econômicas e Organização Social” é analisar o pandêmico fenômeno de difusão multilateral da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) por meio de um esforço coletivo desenvolvido a várias mãos à luz de uma absorvente abordagem multidisciplinar alicerçada no diálogo entre diferentes campos epistemológicos do conhecimento.

A justificativa para o desenvolvimento desta obra é oriunda dos problemáticos impactos multiescalares e multidimensionais transbordados pelo vírus SARS-CoV-2 em uma curtíssima temporalidade, razão pela qual os vinte e sete pesquisadores e pesquisadoras envolvidos buscaram adensar a massa crítica de estudos multidisciplinares sobre o emergente fenômeno da pandemia da COVID-19.

O perfil multitemático das discussões apresentadas neste livro reflete um esforço conjunto desenvolvido sincronicamente, durante o contexto de difusão pandêmica da COVID-19 no mundo, por um conjunto de profissionais com distintas idades, gêneros e formações acadêmicas e origens em instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil, Moçambique e Portugal.

Organizada em oito capítulos, com distintas abordagens e contribuições relacionadas à análise da complexa pandemia da COVID-19, esta obra foi construída à luz de um paradigma eclético que valorizou a amalgamação de uma pluralidade teórico-conceitual e metodológica através de um conjunto diversificado de profissionais de distintas áreas do pensamento científico.

As pesquisas apresentadas neste livro foram estruturadas a partir de uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, por meio de uma combinação metodológica dos procedimentos de revisão bibliográfica e revisão integrativa no levantamento de dados com a análise de dados por meio de estudos de caso, hermenêutica e análise estatística.

Fundamentada pelo estado da arte e pela pluralidade do pensamento científico, este livro de coletânea é amplamente indicado para estimular a reflexão e o debate público e científico, ao combinar estudos teóricos e empíricos que trazem uma rica contribuição analítica com repercussões prescritivas no *polycymaking* diante da complexa realidade pandêmica no mundo.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pela pandemia da COVID-19.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ISOLAMENTO SOCIAL E A TRAGÉDIA DOS COMUNS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

Leandro Frederico Ferraz Meyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105081>

CAPÍTULO 2..... 14

CIÊNCIA, FAKE NEWS E CONTROLE SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

Claudomilson Fernandes Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105082>

CAPÍTULO 3..... 24

DIFICULDADES NA ADAPTAÇÃO AO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DO SARS-COV-2

Deysiane Maria Barbosa da Silva

Maria Carolina Duarte dos Santos

Thalyson Thiago Galdino Pinto

Zuinglia Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105083>

CAPÍTULO 4..... 34

COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES ASSOCIADAS AO COVID-19

Sara Bastos de Oliveira

Nayane Barros de Souza do Nascimento

Cristianne Andréia Leandro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105084>

CAPÍTULO 5..... 42

PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES HOSPITALIZADOS NO BRASIL POR SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE RELACIONADO A COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Simone Souza de Freitas

Amanda Dacal Neves

Adrienny Nunes da Silva Tavares

Caline Sousa Braga Ferraz

Cinthia Regina Albuquerque de Souza

Cristiano Berardo Carneiro da Cunha

Danilo Lopes Oliveira da Silva

Julia Mariana Assis da Silva

Jany Kelly Cardoso Silva

Janaina Natalia Alves de Lima Belo

Karla Cordeiro Gonçalves

Nadja Luiz de Santana

Roberto José da Silva Nóbrega

Sara Rosa Piedade Costa Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105085>

CAPÍTULO 6..... 53

AN OVERVIEW OF THE APPLICATION OF OLLST DISTRIBUTION IN THE COVID-19 DATA FROM THE STATE OF ACRE

Adolfo Henrique dos Santos Fernandes

Altemir da Silva Braga

Djair Durand Ramalho Frade

Joana Anny Mafalda de Oliveira

Olacir Rodrigues Castro Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105086>

CAPÍTULO 7..... 62

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROTOCOLO COMERCIAL DE MASERU-SADC DE 1996 EM TEMPO DE COVID-19: DESAFIOS DAS EMPRESAS MOÇAMBICANAS (2020)

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105087>

CAPÍTULO 8..... 79

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA EM PORTUGAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E DO ARRENDAMENTO

Luís Filipe Gonçalves Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105088>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 87

ÍNDICE REMISSIVO..... 88

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROTOCOLO COMERCIAL DE MASERU-SADC DE 1996 EM TEMPO DE COVID-19: DESAFIOS DAS EMPRESAS MOÇAMBICANAS (2020)

Data de aceite: 02/08/2021

Viegas Wirssone Nhenge
Nampula

RESUMO: A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização inter-governamental, criada em 1992 e dedicada à cooperação e integração socio-económica, bem como à cooperação em matérias de política e segurança, dos países da África Austral, nomeadamente Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Seychelles, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe. No âmbito das suas acções, em Agosto de 1996, em Maseru-Lesoto, a SADC criou e assinou um instrumento legal que regula as relações comerciais entre os Países membros subscritores, o qual designa-se por Protocolo Comercial de Maseru-SADC de 1996. Moçambique ratificou este protocolo através da Resolução n.º. 44/99, publicado no Boletim da República (BR) n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I. Série. O COVID-19 (do inglês: “*coronavirus disease 2019*”, em português: “doença por coronavírus-2019”) é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Os primeiros casos tiveram origem no mercado de frutos do mar, na cidade de Wuhan-China, tendo sido relatadas as primeiras ocorrências no dia 31/12/2020 e daí em diante, a nível mundial, esta doença vem provocando muitas consequências nefastas à vida humana no geral e em particular

às economias dos países, sendo entre elas: a recessão económica; redução do investimento; volatilidade nos mercado de valores; défice na balança comercial, entre outras. Este trabalho tem como objectivo analisar os desafios das Empresas Moçambicanas na operacionalização do Protocolo Comercial de Maseru de 1996, em tempo de COVID-19. A pesquisa é de natureza exploratória, com recurso ao paradigma qualitativo, do tipo interpretativo. Quanto ao procedimento, classifica-se como pesquisa documental e bibliográfica. Recorreu-se como técnica de colecta de dados, a revisão bibliográfica e análise documental. Como resultados da pesquisa, concluiu-se que para operacionalizar tal protocolo em tempo de COVID-19, as empresas moçambicanas precisam de fazer a reengenharia dos seus processos, partindo pela integração das Tecnologias de Informação (TI's), melhoria da qualidade de internet, preparação dos recursos humanos em matéria das TI's, reinventar todas actividades em função do período de COVID-19 para consolidar o selo “*Made in Mozambique*”, por um lado, por outro lado a SADC precisa de adequar os processos decorrentes deste protocolo, considerando o Tempo de COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Protocolo Comercial, Empresas Moçambicanas, COVID-19, SADC

ABSTRACT: The Southern African Development Community (SADC) is an inter-governmental organization, created in 1992 and dedicated to socio-economic cooperation and integration, as well as cooperation on political and security matters, from southern African countries, namely

Botswana, Lesotho, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, South Africa, Swaziland, Seychelles, Tanzania, Zambia and Zimbabwe. As part of its actions, in August 1996, in Maseru-Lesotho, SADC created and signed a legal instrument that regulates commercial relations between the subscribing member countries, which is called the 1996 Maseru-SADC Trade Protocol. Mozambique ratified this protocol through Resolution no. 44/99, published in Bulletin of the Republic (BR) nº52, of December 29, 1999, I. Series. COVID-19 (in English: “coronavirus disease 2019”) is an infectious disease caused by the coronavirus of severe acute respiratory syndrome 2 (SARS-CoV-2). The first cases originated in the seafood market in the city of Wuhan-China, with the first occurrences being reported on 12/31/2020 and from then on, worldwide, this disease has been causing many harmful consequences to life human in general and in particular to the economies of countries, including: the economic recession; investment reduction; volatility in the stock markets; deficit in the trade balance. This work aims to analyze the challenges of Mozambican companies in the operationalization of the Maseru Commercial Protocol of 1996, in the time of COVID-19. The research is of a exploratory nature, using the qualitative paradigm, of the interpretative type. As for the procedure, it is classified as documentary and bibliographic research. As a data collection technique, bibliographic review and document analysis were used. As a result of the research, it was concluded that in order to operationalize this protocol in time of COVID-19, Mozambican companies need to reengineer their processes, starting with the integration of Information Technologies (IT’s), improvement of internet quality, preparation human resources in matters of IT’s, reinventing all activities according to the COVID-19 period to consolidate the “Made in Mozambique” seal, on the one hand, on the other hand, SADC needs to adapt the processes resulting from this protocol, considering time of COVID-19.

KEYWORDS: Commercial Protocol, Mozambican Companies, COVID-19, SADC.

1 | INTRODUÇÃO

Com as transformações sociais ocorridas no mundo inteiro, resultante da queda do *murro de Berlim*¹ em 1990, a dissolução e desintegração do bloco dos países da União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) e a introdução da globalização, que culminou com eliminação das fronteiras comerciais, foram surgindo outras formas da realização do comércio a nível internacional. Para Moçambique e outros países localizados na região Austral do continente Africano, organizaram-se em bloco que se chama por Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Segundo (SADC, 2017), a SADC existe desde 1980, quando foi criada como aliança isolada integrada por nove Estados maioritários da África Austral. Era conhecida por Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), cujo

1 O **Muro de Berlim** (em alemão: *Berliner Mauer*) foi uma barreira física construída pela Alemanha Oriental durante a Guerra Fria, que circundava toda a Berlim Ocidental. Era parte da fronteira interna alemã. Este muro, além de dividir a cidade de Berlim ao meio, simbolizava a divisão do mundo em dois blocos ou partes: República Federal da Alemanha (RFA), que era constituído pelos países capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos; e a República Democrática Alemã (RDA), constituído pelos países socialistas sob jugo do regime soviético. Construído na madrugada de 13 de agosto de 1961, dele faziam parte 66,5 km de gradeamento metálico, 302 torres de observação, 127 redes metálicas electrificadas com alarme e 255 pistas de corrida para ferozes cães de guarda.

objectivo principal era de coordenar projectos de desenvolvimento destinados a reduzir a dependência económica da então África do Sul do *Apartheid*². Os Estados-Membros fundadores são: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A SADCC foi fundada a 1 de Abril de 1980, em Lusaka, Zâmbia, após a adopção da Declaração de Lusaka, «África Austral: Rumo à Libertação Económica».

Para (SADC, 2017), a transformação da organização da SADC teve lugar a 17 de Agosto de 1992, em Windhoek, Namíbia, aquando da assinatura da Declaração e do Tratado na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, conferindo assim à Organização um carácter legal. A SADC foi criada ao abrigo do artigo 2.º do Tratado da SADC por Estados-Membros representados pelos respectivos Chefes de Estado e de Governo ou seus representantes devidamente autorizados para liderarem o processo de integração económica da África Austral. Os Estados-Membros são: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Reino de Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe (SADC, 2017).

A SADC tem por objectivos alcançar, por via da integração regional, o desenvolvimento económico, paz e segurança, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os que são socialmente desfavorecidos (SADC, 2017).

No âmbito da operacionalização da sua visão, missão e objectivos, em Agosto de 1996, em Maseru-Lesotho, a SADC criou e assinou um instrumento legal que regula as relações comerciais entre os Países membros subscritores, o qual designa-se por Protocolo Comercial de Maseru-SADC de 1996. Moçambique ratificou este protocolo através da Resolução n.º. 44/99, publicado no Boletim da República (BR) n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I. Série.

De acordo com a Resolução n.º. 44/99, publicado no BR n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I. Série, os objectivos deste protocolo são liberalizar o comércio entre os países membros, aumentar a produção segundo as vantagens comparativas dos países subscritores, melhorar o clima de negócios, a industrialização e o desenvolvimento dos países subscritores, criar uma zona do comércio livre (ZCL), em 2007; incrementar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região.

O coronavírus é uma doença que ataca as vias respiratórias, causada pelo vírus Sars-cov-2. Esta doença trouxe impactos negativos nefastos ao mundo. Provocou a recessão económica, tendo agravado o desemprego, inflação, reduzido drasticamente o investimento, o comércio internacional, desempenho do turismo, baixa produção de bens e serviços, entre outros. O objectivo principal deste artigo é analisar os desafios das empresas

2 O **Apartheid** (em africâner, “segregação”) foi um regime de separação racial ocorrido na África do Sul de 1948 a 1994. O apartheid privilegiava a elite branca do país e excluía os negros dos espaços públicos, da educação e postos de trabalho. O regime começou a ruir através da pressão internacional, dos protestos internos e graças à liderança de Nelson Mandela. O Apartheid chega ao fim em 1994.

moçambicanas na operacionalização do protocolo comercial de Maseru de 1996 em tempo de COVID-19 através da seguinte questão de Partida: ***Quais são os desafios que as empresas moçambicanas têm, no âmbito da operacionalização deste protocolo em tempo de COVID?***

Este artigo é realizado no âmbito académico e científico. As razões da opção pelo tema surgem da necessidade de perceber e aprofundar as oportunidades disponíveis para as empresas moçambicanas decorrentes do Protocolo Comercial de Maseru-SADC de 1996 e os respectivos desafios em tempo de COVID-19. Como cidadão e economista, na sua vivência quotidiana, o autor tem acompanhado o funcionamento das trocas comerciais a decorrer entre Moçambique e países de outros quadrantes e da SADC.

A escolha de Moçambique, como parte do objecto do estudo, deve-se ao facto de ser um dos membros da SADC e país de residência do autor e que tem os desafios e expectativas em dar seguimentos e cumprimento das directrizes do protocolo em análise. Outro facto, é de que com este trabalho, pode activar-se discussões de alternativas e estudos sobre expectativas e desafios para a classe dos interessados em aprofundar o tema na África Austral em geral e em particular em Moçambique.

Para este trabalho foi adoptado o paradigma de pesquisa qualitativa. Autores Strauss e Corbin (2008) definem a pesquisa qualitativa como sendo, aquela que na sua realização não são necessariamente usadas técnicas ou procedimentos estatísticos. Esta pesquisa é de acordo com o quotidiano das pessoas, as suas experiências, comportamentos, entre outros, envolvendo o funcionamento organizacional, como é o caso da SADC e seus acontecimentos.

Quanto a sua natureza, a pesquisa é exploratória. Para (Gil, 2007), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenómeno pesquisado. Nem sempre há necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os factos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, visto que cinge-se por valer-se de materiais que receberam tratamento analítico. Conforme refere Gil (2008), este tipo de pesquisa trata de um trabalho de natureza exploratória, analisa documentos de primeira mão ou ainda aqueles que já foram processados que propicia bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre os desafios nas empresas moçambicanas na operacionalização do protocolo comercial de Maseru de 1996. Para este estudo, como técnica de recolha de dados, baseou-se na consulta de manuais, livros, sites da internet e outros meios disponíveis.

A análise de dados é um processo complexo que pressupõe diversos tipos de acções do investigador sobre os dados com vista à sua interpretação e tratamento de modo a conseguir obter conhecimento (Ludke, M. & André, 1999).

As informações bibliográficas recolhidas e a análise são exercidas durante a fase mais intensa da recolha das informações, ao que segue-se um período exclusivamente analítico, baseando-se na leitura rigorosa dos manuais e livros que tratam sobre o protocolo de Maseru, no âmbito da implementação em Moçambique.

Item	Denominação do documento	Tipo do doc.	Descrição	Fonte
1	Impacto esperado das medidas de mitigação. Promovendo a inclusão financeira e a valorização do metical	Relatório	Medidas de mitigação dos efeitos da propagação do COVID-19 no sistema financeiro e na economia moçambicana	https://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=385
2	Série Africana: COVID-19 NA ÁFRICA	Relatório	Levantamento das políticas públicas, impacto e concertação regional: Agosto-Dezembro de 2020	livro_covid_v2.pdf (ufrgs.br) Autoria: Analúcia Danilevicz Pereira e Camila Castro Kowalski (Org.)
3	Síntese da Conjuntura Económica	Relatório do INE 2019/2020	Situação económica de Moçambique em tempo de COVID-19	Conjuntura II Trim_2020_09-12.pdf
4	Resposta da SADC à pandemia da COVID-19	Relatório da SADC (2020). Boletim n.º 7	Relatório sobre a Pandemia da COVID-19 na Região da SADC, com Incidência Especial na Facilitação do Transporte e do Comércio, Alterações Climáticas e Ambiente	COVID-19 3rd Report (2) (sadc.int)
5	Artigo Científico: Recebido em 29 de Setembro de 2020. Aceite em 31 de Outubro de 2020. Publicado em 24 de Novembro de 2020	Artigo Científico	Pandemia de coronavírus/covid-19 em moçambique: desafios de reflexão sobre os contextos territoriais e socioeconómicos da política de saúde (2020)	1101-1-4001-2-10-20201124.pdf
6	SADC, Manual de Identidade Institucional da SADC, Gaborone, Botswana, 2017	Manual de Identidade Institucional	Descreve a vida e obra da SADC	MANUAL_DE_IDENTIDADE_INSTITUCIONAL.pdf (sadc.int)
7	Resolução n.º. 44/99, publicado no BR n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I. Série	Resolução ministerial	Moçambique atificou através da Resolução n.º. 44/99, publicado no BR n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I Série.	

8	Estudo1-Impacto-da-covid19 em Moçambique	Relatório da CTA	Impacto do COVID-9 no sector empresarial moçambicano e propostas de medidas para a sua mitigação (2020)	Estudo1-Impacto-da-COVID-19-em-Moçambique-VERSAO-FINAL-003.pdf (cta.org.mz)
9	Análise da conjuntura económica	Relatório do Centro de Integridade Pública	Economia Mocambicana cai em 3,25% no segundo trimestre	PROTOCOLO SOBRE TROCAS COMERCIAIS DA SADC / Acordos Bilaterais / Comércio Externo / Início - Ministério da Indústria e Comércio (mic.gov.mz)
10	<ol style="list-style-type: none"> 1. Decreto Presidencial n.º 11/2020 de 30 de Março; 2. Decreto n.º 12/2020 de 2 de Abril; 3. Decreto n.º 14/2020 de 09 de Abril ; 4. Despacho da Criação da Comissão de Gestão de Crise; 5. Lei n.º 1/2020 de 31 de Março Estado de Emergência em Moçambique; 6. COVID-19 Medidas de Prevenção; 7. Circular Suspensão de Licenças 06 Abril 2020 	Decretos e despachos	Instrumentos legais de prevenção, combate e resposta à COVID-19	COVID-19 / Início - Ministério da Indústria e Comércio (mic.gov.mz)

Tabela 1-Documentos consultados.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Após o fim da URSS, o mundo já não está dividido por uma barreira ideológica. Desta forma surge uma corrente que impulsiona o processo da globalização económica pelo mundo.

Para Bezena (2019) a globalização é um processo de aprofundamento das relações económicas, sociais, culturais e políticas, entre os povos no mundo. Um dos sinais mais visível da globalização é o surgimento dos blocos económicos, eliminação das fronteiras comerciais, o desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação, entre outros.

Actualmente, em todos os continentes, existem blocos económicos de várias tipologias: desde uniões aduaneiras, quando há redução ou eliminação de impostos, até zonas de livres de comércio, quando as mercadorias podem ser vendidas praticamente sem taxas entre um país e outro.

Para Maia (2014) os blocos económicos são criados sob forma de Zona de livre

comércio que evolui para união aduaneira, desta para mercado comum, seguindo-se para união económica e culmina com a integração económica total.

Os blocos económicos correspondem a união de países distintos, mas com interesses comuns do crescimento e desenvolvimento económico e social. A aliança económica no mundo, apesar de remontar depois da 2ª guerra mundial, intensificou-se e multiplicou-se a partir dos anos 90. Em todo planeta terra, fazem parte dos principais blocos económicos, os seguintes: Mercado comum do Sul (Mercosul); União Europeia; Nafta; Cooperação económica Ásia-Pacífico (APEC); Comunidade Andina de Nações; Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Cavusgil, Knight e Riesenbeger (2010) defendem que os países adoptam a integração regional com a finalidade de expandir o mercado, atingir economia de escala e maior produtividade, atrair investimentos dentro e fora do bloco, fortalecer a posição defensiva e política.

Por outro lado, Bezena (2019) enfatiza que os blocos apresentam como vantagens, a redução ou eliminação das tarifas de importação e redução nas tarifas alfandegárias, estimulando a circulação de pessoas e mercadorias.

2.1 Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC)

Os países do continente Africano enfrentam inúmeros desafios ao longo da sua história, principalmente como consequência da colonização e da exploração. Um dos resultados da transformação é surgimento da SADC.

No princípio, esta organização surge em movimentos nacionalistas libertadores isolados de cada país, que tinha como objectivo de actuar na resolução de conflitos na África Austral, cuja sua abrangência estava centrado na Política e segurança. Assim que foi criada e fundada a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), com o objectivo de ampliar a sua actuação e concentrar-se para questões relativas ao desenvolvimento económico dos países membros.

A SADCC foi redefinida tanto na própria sigla, assim como nos seus objectivos de actuação. Como defende Branco (2015), os princípios e objectivos definidos no tratado de 1992, foram reafirmados no texto de consolidação do tratado de 2011, visto que são amplos e demonstram a visão de desenvolvimento económico, político, social e ambiental, além de harmonização, complementaridade e equidade entre os membros.

É neste âmbito que foi redefinida a SADCC para a SADC, esta última, criada a 17 de Agosto de 1992, na cimeira de Windhoek-Namíbia. Os seus membros actuais são: África do Sul, Angola, Botswana, Republica Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué e Seychelles. Esta comunidade tem a sede em Gaborone, no Botswana e dadas como línguas oficiais da organização: Inglês, Francês e Português.

A SADC tem como principais objectivos seguintes, a promoção do crescimento e desenvolvimento económico, a diminuição ou redução da pobreza a nível da comunidade, o aumento da qualidade de vida da população, a paz e a segurança, o desenvolvimento sustentável, o reforço e consolidação das afinidades culturais, históricas e sociais da região, entre outros (Branco: 2015). Moçambique ratificou este protocolo através da Resolução nº. 44/99, publicado no Boletim da República (BR) nº52, de 29 de Dezembro de 1999, I. Série.

2.2 Protocolo de Maseru

Para CISTAC (2011), o Protocolo de Maseru pode ser considerado como um verdadeiro instrumento de política económica que tem como função, por um lado, de influenciar ao nível macroeconómico e o volume dos investimentos na SADC, e por outro, ao nível individual, de orientá-los em função dos objectivos económicos especificados no próprio protocolo.

Este protocolo foi assinado em 1996, em Maseru, no Reino do Lesoto, depois de ter sido integrada a África do Sul como membro, isto é, depois da libertação do *Presidente Nelson Mandela*³ e consequentemente ter sido realizadas as primeiras eleições multipartidárias Sul-africana.

Os Presidentes e chefes do Estado dos países da SADC aprovaram no Reino do Lesoto, em 1996, um acórdão comercial, conhecido pelo nome de Protocolo de Maseru, com os seguintes objectivos:

1. Fomentar a liberalização do comércio intra-regional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementados por protocolos em outras áreas;
2. Garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflecta as actuais e potenciais vantagens comparativas dos seus membros;
3. Contribuir para o melhoramento do ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteiras e estrangeiro;
4. Incrementar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região;
5. Estabelecer uma Zona de Comércio Livre na Região da SADC.

Com este protocolo da SADC, estabelece-se como objectivo mais alto, a liberalização do comércio intra-regional em bens e o estabelecimento da área de comércio livre na região. Segundo esta visão, as barreiras ao comércio deveriam ser eliminadas, nomeadamente as tarifas sobre importações e exportações, as barreiras não tarifárias e as restrições quantitativas às importações e exportações entre países membros. Este protocolo, ainda, previa que a eliminação das barreiras ao comércio devia ser efectuada num período de 8

³ Nelson Mandela (1918-2013) foi presidente da África do Sul. Foi o líder do movimento contra o Apartheid - legislação que segregava os negros no país. Condenado em 1964 à prisão perpétua, foi libertado em 1990, depois de grande pressão internacional. Recebeu o "Prémio Nobel da Paz", em dezembro de 1993, pela sua luta contra o regime de segregação racial e morreu a 05/12/2013, com 95 anos de idade.

anos, a partir da entrada em vigor do protocolo.

Para Branco (2005), Moçambique iniciou o seu processo de eliminação de barreiras ao comércio no quadro da SADC em 2008, devendo este processo estar terminado em 2015. Isto quer dizer que as importações de Moçambique começaram a ser liberalizadas, a partir de 2008. Assim, Moçambique começou exportar para os países que começaram antes de 2008, com mais facilidade, mesmo antes das importações que possa fazer desses começarem a ser liberalizadas.

O fomento da liberalização do comércio que constitui um dos objectivos a ser aplicado no protocolo, como refere-se Cunha (2004), pode ser aplicado na íntegra mediante a observância dos objectivos da comunidade que consiste na eliminação ou redução dos direitos aduaneiros sobre as importações de cada país, proveniente dos países membros da SADC; mediante a adopção de uma pauta externa comum sobre as importações originárias do resto do mundo; a distribuição das receitas aduaneiras entre os países membros. Este autor, enfatiza que a aplicação efectiva destas medidas tenderá a alterar os preços relativos dos bens nos mercados internos dos países integrados, com repercussões sobre os fluxos comerciais, a produção e o consumo.

Assim, Cunha (2004) falando sobre a teoria das uniões aduaneira que fazem parte da integração regional, refere-se que, a teoria das uniões analisa os efeitos e as suas implicações sobre a distribuição de recursos e o progresso de cada país envolvido, do conjunto dos países membros e do mundo, os seus efeitos, as receitas e perdas, que são o objecto da teoria, resultante do impacto da união aduaneira sobre a distribuição dos recursos e a especialização internacional; o aproveitamento de economias de escala; os termos de troca; a produtividade dos factores de produção; a escala de crescimento económico; a estabilidade económica e a distribuição de rendimento.

2.2.1 Vantagens da União Aduaneira

Ainda Cunha (2004) destaca que tanto a criação do comércio, como o desvio do comércio pode ser algo positivo ou negativo e as vantagens de união aduaneira serão maiores se houver nos países integrados um custo marginal de protecção que aumenta rapidamente; se os países tiverem uma grande preferência pela indústria; se os países forem complementares; se nenhum dos países dominar o outro na produção industria. Assim, o efeito da união aduaneira dependeria das regras que determinam a localização da indústria, o comércio dentro da união e a distribuição equitativa das receitas.

2.2.2 Efeitos da COVID-19 no Comércio Internacional

Segundo (Pinho, 2015), o comércio internacional é o conjunto de operações comerciais realizadas entre países e que são regidas por normas estabelecidas em acordos internacionais. O conceito pode referir-se tanto à circulação de bens e serviços como ao

movimento de capitais.

O surgimento da pandemia de COVID-19 (doença por coronavírus 2019, que é um vírus que provoca uma gripe comum e pode despertar doenças respiratórias ainda perigosas como uma pneumonia) trouxe vários desafios à economia não só moçambicana como também a economia global. O vírus surgiu em Dezembro de 2019, na região de Wuhan-China, em um mercado de frutos do mar (onde foram detectados os primeiros casos) do vírus que assolou o mundo em todas áreas (MISAU, 2021).

O surgimento e expansão pelo mundo da pandemia de COVID-19, provocou o pânico nos agentes económicos, tendo afectado directamente o negócio e o comércio internacional.

Segundo (UNCTAD⁴, 2020), a COVID-19 provocou uma contração de 2% na produção industrial da China (maior exportador do mundo) e o crescimento económico mundial caiu de 2,9% para 2,4%.

O comércio internacional desacelerou, devido a dificuldades de movimento de pessoas e bens entre os países, forçadas pelas restrições tomadas com vista à prevenção e contenção da pandemia da COVID-19, provocando assim, a nível nacional e internacional:

- A redução no abastecimento a indústrias;
- A contração da procura internacional pelos produtos dos *sectores primário*⁵, *secundário*⁶ e *terciário*⁷;
- O cancelamento de feiras nacionais e internacionais, reduzindo assim interações entre empresas;
- O cancelamento de viagens de negócio, o que repercutiu-se em resultados negativos das empresas;
- O uso intensivo das tecnologias de informação (TI's), como alternativa principal para efectivação dos negócios internacionais;
- A restrição do abastecimento físico das mercadorias, principalmente a nível internacional;
- Complicação da prospeção de mercados externos, passando a ser dependente das TI's, o que certamente provocou a perda de potenciais clientes.

Com estas novas realidades forçadas pela pandemia de COVID-19, tal como

4 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

5 Sector primário: relacionado com a produção através da exploração dos recursos naturais, como por exemplo: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extracção vegetal, etc. É este sector que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação. Na sua maioria é actividade económica predominante nos países subdesenvolvidos.

6 Sector secundário: sector que transforma matérias-primas, produzidas pelo sector primário, em produtos industrializados como exemplo: roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrónicos, etc. Na sua maioria é actividade económica predominante nos países desenvolvidos.

7 Sector terciário: sector económico relacionado com os serviços. Os serviços são produtos intangíveis em que pessoas singulares ou colectivas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades, como por exemplo: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários, administrativos, transportes, etc. Este sector é marcante nos países com alto grau de desenvolvimento económico.

acontece com as empresas do mundo inteiro, as empresas da SADC, incluindo Moçambique tem por desafios desenvolver capacidade de adaptação, esforço e criatividade, fazendo com que associações empresariais prestem todo o apoio necessário às empresas para uma resposta melhor aos desafios impostos por força da Covid-19, sendo assim, são necessários programas que inovam e encurtam distâncias, que coloquem ao serviço da indústria e dos serviços novas oportunidades de escoar os produtos.

2.2.3 Efeitos da COVID-19 no sector empresarial em Moçambique

Olhando para a tabela a baixo, nota-se que o sector do Turismo é o mais afectado pela pandemia da COVID-19, com perdas compreendidas entre 80% e 95%. O sector da construção é relativamente menos afectado, com perdas compreendidas entre 10% e 20%.

Sector	Impacto do COVID-19 nos Negócios		Valor de perdas (10 ⁶ MZN)	
	Cenário Optimista	Cenário Pessimista	Cenário Optimista	Cenário Pessimista
Turismo	80%	95%	3,444	4,636
Transportes	54.5%	70%	2,727	3,759
Agricultura	24%	47%	2,774	4,956
Construção	10%	20%	599	1,197
Sector financeiro	1.5%	2.9	3,302	6,604
Indústria	28%	34%	2,356	3,197
Total			15,202	24,349

Tabela 2-Resumo do impacto da COVID-19 no sector empresarial.

Fonte: CTA, p. 23, 2020.

Segundo (CTA, 2020), num cenário pessimista, o valor total da perda do sector empresarial poderá situar-se em MZN 12.8 Mil Milhões, correspondente a USD 234 Milhões. E num cenário pessimista, estas perdas poderão ascender a MZN 18.6 Mil Milhões, o correspondente a USD 375 Milhões (CTA, 2020).

2.2.4 Resposta da SADC à pandemia da COVID-19 no âmbito do Protocolo de Maseru

Segundo (SADC, 2020), à medida que as economias da Região começarem a reabrir-se, começará também a registar-se um número crescente de camionistas com registo de resultados positivos ao teste da COVID19. Com efeito, estão a ser adoptadas medidas através da execução das Directrizes Regionais e Procedimentos Operacionais Normalizados (PON). Esta necessidade é importante para proteger os motoristas, as equipagens e as pessoas que entram em contacto especialmente com os serviços de saúde pública da linha de frente, oficiais reguladores e da lei e da ordem, comunidades locais e outras pessoas destacadas ao longo da cadeia de abastecimento e de transporte

(SADC, 2020).

Numa reunião do Comité Técnico alargado da SADC para Monitorizar a Execução do Protocolo da SADC sobre a Coordenação Regional da Saúde para a Resposta de Emergência à COVID-19 tornou-se claro que havia necessidade de (SADC, 2020):

- Autorizar a facilitação do comércio e do transporte seguros para assegurar o crescimento económico, o emprego e a redução da pobreza, ao mesmo tempo que se contém a propagação do coronavírus;
- Harmonizar a abordagem de testes para proteger quer os motoristas e as equipagens, quer as comunidades localizadas ao longo dos corredores de transporte;
- Em nome das Comunidades Económicas Regionais Tripartidas do COMESA, da EAC e da SADC, a SADC celebrou com a Delegação da União Europeia acreditada no Botswana uma adenda para obtenção de recursos suplementares para o Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e Trânsito (TTTFP), destinados ao desenvolvimento e execução do Sistema de Monitorização de Viagens nos Corredores (CTMS⁸) de transporte regionais da África Oriental e Austral.

O CTMS ficou pronto para o exercício-piloto em Junho e Julho de 2020 e foi instalado ao longo dos seguintes corredores rodoviários: Corredor de TransKalahari, Walvis Bay-Lusaka e Joanesburgo-Lusaka, respectivamente.

Moçambique é um país localizado na zona de África Austral e banhado pelo oceano Índico e membro da SADC. A maioria dos países membros da SADC localizados no *interland* usam os portos moçambicanos para o escoamento dos seus produtos. Com os objectivos previstos no protocolo de Maseru, as empresas moçambicanas, tanto localizadas dentro ou fora de Moçambique, tiram maior proveito dos postulados no protocolo em análise.

Este país, por possuir muitas empresas de diversas classificações e prestadoras de serviços e produtoras de bens, tem maior potencialidade de usufruir e beneficiar do fomento da liberalização do comércio mediante à harmonização da pauta aduaneira que faz parte e do ponto forte do protocolo.

Para os casos das empresas moçambicanas, são mais notórias com a certificação com o selo “*Made in Mozambique*” pelo Ministério da Indústria e Comércio e/ou através das suas respectivas Direcções Provinciais.

Em Moçambique existem diversificadas empresas que exploram diferentes recursos: Faunísticos, Florestais, Minerais, Agro-pecuários, industriais ou de transformação, comerciais, etc. Com recurso aos objectivos do protocolo, pode-se notar que muitas empresas moçambicanas, de uma ou de outra forma, beneficiam das

8 CTMS é um sistema electrónico que regista o estado de saúde do motorista, especialmente os resultados dos testes da COVID19 e permite aos profissionais de saúde pública verificar os resultados, monitorizar e acompanhar a circulação do motorista ou membros das equipagens e, quando necessário, efectuar o rastreio dos contactos e, assim, facilitar a gestão do trânsito seguro nas operações de transporte rodoviário transfronteiriço

disposições previstas no protocolo comercial de Maseru, pelo que, sugere-nos a muitos desafios para sua plena aplicação.

2.2.5 *Desafios das Empresas moçambicanas no âmbito do Protocolo Comercial de Maseru em tempo da COVID-19*

A pandemia da COVID-19 submeteu enormes desafios de saúde e humanitários aos governos, empresas e particulares, tendo provocado profundas alterações na economia global e Moçambique em particular. Com efeito, podemos notar o seguinte:

- Os efeitos da pandemia alteraram o modo de vida, a maneira de trabalhar, a forma de fazer negócio, comércio, poupança e gastos;
- Forçou a sociedade a transitar de uma economia em crescimento para uma *economia baseada em valores*⁹, com horizonte temporal de médio e longo prazos;
- Forçou a redefinição da relação entre o governo e as empresas, fazendo com que haja maior interação e integração entre os sectores públicos e privados, a partir da altura em que estes sujeitos trabalham em conjunto para fazer face ao desafio.

A reengenharia dos processos de trabalho, adequação a mudanças, inovação e reinvenção são factores críticos de sucesso para a resiliência, tanto para os governos, como para as empresas.

Como refere-se Gonçalves (2018), a reengenharia dos processos e outras iniciativas destinadas para dar forma aos negócios que envolve a transformação das pessoas para conseguir um desempenho maior, entre outros desafios.

O autor em referência, sugere que na actualidade será necessário romper com o passado, deixar de lado alguns conceitos e experiências tradicionais e criar novidade e soluções criativas para adoptar as empresas de recursos (humanos, materiais, financeiros e tecnológicos) desafiadores.

Fonseca (2014) define os processos de reengenharia do processo de negócio também conhecido por *Business Process Reengineering*, como o processo de repensar e redesenhar do processo de negócio de forma a alcançar melhorias no desempenho no custo, na qualidade, no serviço ou expedição. Para as empresas moçambicanas, não localizando-se numa “ilha”, sugere-se que estejam preparados para implementarem a reengenharia dos processos; deixar de lado pré-conceitos; a adopção dos recursos humanos, materiais, financeiro e tecnológicos desafiadores.

Na verdade, este repensar e redesenhar implica que os proprietários das empresas recuem ao início do processo, podendo reexaminar de forma minuciosa com o propósito de alcançar a sua melhoria através de grandes mudanças que transformam os processos

⁹ Economia baseada em valores é aquela que é marcada pela ênfase na criação de valor a longo prazo e nas necessidades de múltiplas partes interessadas, em detrimento do foco no crescimento a curto prazo.

totalmente para novos.

Segundo o mesmo autor, a reengenharia do processo do negócio direcciona-se para os processos e não as tarefas, funções ou pessoas. Este consiste num redesenhar da estratégia adicionando valor aos processos que transcendem as ligações organizacionais. Mais adiante enfatiza que na reengenharia, para além das medidas necessárias à mudança radical de processos e à implementação do projecto do novo processo, abrange também a criação de novas estratégias e a implementação da mudança em todas as suas dimensões tecnológica, humana e organizacional.

É nesta perspectiva, que se orienta para as empresas moçambicanas a aprender a encarar-se para operar no mercado internacional em tempo de desafios, como é o caso da COVID-19. Este mercado exige uso das técnicas e tecnologias, incluindo o marketing internacional.

Cavusgil at. all (2010) recomendam que as empresas que pretendem operar no mercado internacional, para criar novas soluções na área de **recursos humanos** requer trabalhar em três níveis de diferentes funcionários a saber: nativos do país anfitrião, nativos do País de origem e nativos de país estrangeiro.

Esta miscelânea de funcionários de culturas diferente requer respeitar a cultura do país onde vai-se realizar o negócio. Assim, pode-se afirmar que ai está um outro dos desafios das empresas moçambicanas na implementação do protocolo de Maseru a nível da África Austral. Este desafio agrega novas responsabilidades na gestão de recurso humanos, a necessidade de uma perspectiva internacional mais ampla na política de remuneração, maior envolvimento na vida dos trabalhadores, gestão da combinação de expatriados e trabalhadores locais, maior exposição ao risco e influência externa do governo e da cultura.

No que tange aos **recursos financeiros ou monetários**, Cavusgil, at all (2010) referem-se que as empresas têm seis tarefas essenciais que terão que enfrentar no desafio ao decidir praticar um comércio internacional a saber: estrutura ideal do capital, angariar fundos para as e gestão das práticas internacional, fiscal e de contabilidade. É de referir que para o caso das empresas moçambicanas operam num mercado da SADC, onde tudo esta uniformizado e acautelado no âmbito do protocolo de Maseru.

3 | CONCLUSÕES

O Protocolo Comercial de Maseru-SADC de 1996, ratificado por Moçambique através da Resolução n.º. 44/99, publicado no BR n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I. Série, é uma demonstração inequívoca, dos países membros da SADC na troca comercial de modo a direccionar e facilitar a comercialização das actividades produzidas de cada país membro. O protocolo de Maseru, prevê a facilitação mediante a redução ou a anulação das taxas aduaneiras entre países membros, de tal maneira que tornasse os preços dos produtos, produzidos dentro dos países membro, mais acessíveis aos consumidores.

Uma das condições criadas por Moçambique para implementação do protocolo de Maseru é a criação do selo *Made in Mozambique*, pelo Ministério da Indústria e Comércio e constitui o seu desafio a certificação das empresas moçambicanas.

O surgimento e expansão pelo mundo, da pandemia de COVID-19, provocou o pânico nos agentes económicos, tendo afectado directamente o negócio e o comércio internacional, incluindo o protocolo de Maseru. O comércio internacional desacelerou, devido a dificuldades de movimento de pessoas e bens entre os países, forçadas pelas restrições tomadas com vista à prevenção e combate da pandemia de COVID-19.

Para proteger o negócio internacional em tempo de COVID-19, no âmbito do protocolo de Maseru, a SADC adoptou medidas através da execução das Directrizes Regionais e Procedimentos Operacionais Normalizados (PON). Estas medidas visam proteger os motoristas, as equipagens e as pessoas que entram em contacto especialmente com os serviços de saúde pública da linha de frente, oficiais reguladores e da lei e da ordem. Numa reunião do Comité Técnico alargado da SADC, para Monitorizar a Execução do Protocolo da SADC sobre a Coordenação Regional da Saúde para a Resposta de Emergência à COVID-19 tornou-se claro que havia necessidade de:

1. Autorizar a facilitação do comércio e do transporte seguros para assegurar o crescimento económico, o emprego e a redução da pobreza, ao mesmo tempo que se contém a propagação do coronavírus;
2. Harmonizar a abordagem de testes para proteger quer os motoristas e as equipagens, quer as comunidades localizadas ao longo dos corredores de transporte;
3. Em nome das Comunidades Económicas Regionais Tripartidas do COMESA, da EAC e da SADC, a SADC celebrou com a Delegação da União Europeia acreditada no Botswana uma adenda para obtenção de recursos suplementares para o Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e Trânsito (TTTFP), destinados ao desenvolvimento e execução do Sistema de Monitorização de Viagens nos Corredores (CTMS) de transporte regionais da África Oriental e Austral.

A pandemia da COVID-19 submeteu enormes desafios de saúde e humanitários aos governos, empresas e particulares, tendo provocado profundas alterações na economia global e Moçambique em particular, como podemos verificar:

1. Os efeitos da pandemia alteraram o modo de vida, a maneira de trabalhar, a forma de fazer negócio, comércio, poupança e gastos, a nível nacional e internacional;
2. Forçou a sociedade a transitar de uma economia em crescimento para uma economia baseada em valores, com horizonte temporal de médio e longo prazos;
3. Forçou a redefinição da relação entre o governo e as empresas, fazendo com que haja maior interação e integração entre os sectores públicos e privados, a partir da altura em que estes sujeitos trabalham em conjunto para conter os desafios derivados da pandemia da COVID-19;

4. O comércio internacional desacelerou, devido a dificuldades de movimento de pessoas e bens entre os países, forçadas pelas restrições tomadas com vista à prevenção e combate à pandemia de COVID-19, provocando assim, a nível nacional e internacional:
- A redução no abastecimento às indústrias;
 - A contracção da procura pelos produtos dos sectores primário, secundário e terciário;
 - O cancelamento de feiras nacionais e internacionais, reduzindo assim interações entre empresas;
 - O cancelamento de viagens de negócio, o que repercutiu-se em resultados negativos das empresas;
 - O uso intensivo das tecnologias de informação (TI's), como alternativa principal para efectivação dos negócios internacionais;
 - A restrição do abastecimento físico das mercadorias, principalmente, a nível internacional;
 - Complicação da prospeção de mercados externos, passando a ser dependente das TI's, o que certamente provocou a perda de potenciais clientes.

Com estas novas realidades forçadas pela pandemia da COVID-19, tal como acontece com as empresas do mundo inteiro, as empresas moçambicanas tem o desafio de reinventarem-se permanentemente através de reengenharia dos seus processos de trabalho, adaptação a mudanças, inovação e reinvenção como factores críticos de sucesso para a resiliência. Com efeito, tanto o governo, como as empresas devem desenvolver capacidades de adaptação, esforço e criatividade, aprimoramento das TI's.

A SADC deve desenvolver capacidades proactivas tendentes à criação de instrumentos de viabilização do protocolo de Maseru que acompanhe a evolução da pandemia da COVID-19 e de outros desafios transacionais e contextuais das empresas.

REFERÊNCIAS

1. Bezena, J (2019). *A globalização e a sua História: novas visões da economia*. Brasília. Editora Escolar;
2. Branco (2015). *História da comunidade para o desenvolvimento da África Austral*. Luanda;
3. Pinho, M. (2015). *MACRO ECONOMIA-Teoria e Prática Simplificada*. Lisboa: Cafilesa-Soluções Gráficas, LDA.
4. Cavusgil, S.T; Kniht, G. e Riesenberger, J,R (2010). *Negócios Internacionais: Estratégias, Gestão e Novas Realidade*. São Paulo, Pearson;
5. Cistac, G.(2011). *Aplicação do Protocolo de Maseru: Um estudo avaliativo*. Maputo. UEM;

6. Cunha, (2004). *Direito Aduaneiro: Liberalização do comércio*. São Paulo. Texto Editora;
7. Fonseca, D.S.C da (2014). *A Reengenharia de Processo de Negócio: Um estudo de casos*. Lisboa;
8. Gil, A. C.(1998). *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.;
9. Gil, A. C.(1999). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas;
10. Gil, A. C.(2008). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas;
11. Gonçalves, J.E L.(2018). *Os Novos Desafios da Empresa para o futuro: O futuro Pertence as empresas que consegue transformar os seus processos*;
12. Ludke, M. e André, M D. A.(1999). *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU;
13. Luz, R (2009): *Comercio Internacional. Questões com gabarito comentado*. 4ª ed. São Paulo, Brooklin;
14. Maia, J. de M (2004). *Economia Internacional*. 16ª ed. São Paulo. Atlas;
15. SADC (1996). *Protocolo de Maseru*. Disponível em www.mef.gov.mz;
16. Sousa, O (1999). *Empresa: Constituição, organização e Gestão*. 3ª ed. São Paulo. Atlas;
17. Banco de Moçambique (2020). Estatísticas Externas. Disponível em http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222
18. Banco Mundial (2008). On SARS Type Economic Effects during Infectious Disease Outbreaks. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/101511468028867410/pdf/wps4466.pdf>
19. Bloomberg. Diversos Artigos. Disponível em <https://www.bloomberg.com/>
20. CNN Business (2020). Global shipping has been hit by the coronavirus. Now goods are getting stranded. Disponível em <https://edition.cnn.com/2020/02/05/business/shipping-coronavirus-impact/index.html>
21. FMI. World Economic Outlook Update Janeiro 2020
22. Governo de Moçambique (2020). Balanço do PES 2019
23. INE (2019). Estatísticas do Turismo 2018
24. INE (2020). Contas Nacionais
25. Jornal Económico. Diversos artigos. Disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/>
26. Jornal Noticias. Diversos artigos

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acre 53, 57, 61
Administração pública 81, 85, 87
Alunos 24, 26, 29, 30, 32
Aprendizagem 11, 24, 25, 26, 32
Arquétipos 1, 3, 4
Arrendamento 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86
Atendimento hospitalar 1, 8, 9, 10, 12, 35
Aulas 26, 30, 32

B

Brasil 17, 18, 19, 20, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51

C

Cardiopata(s) 35, 37, 39
Ciência 2, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 43, 51, 86
Comércio internacional 64, 70, 71, 75, 76, 77
Comorbidade 37, 50
Complexidade 2, 3, 44
Contágio 9, 10, 12, 19, 45
Controle social 14, 15, 19, 20, 21, 22
Coração 36, 39, 40
Coronavírus 12, 19, 34, 35, 40, 41, 43, 44, 45, 51, 61, 62, 64, 66, 71, 73, 76
COVID-19 1, 8, 10, 12, 14, 15, 19, 20, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

D

Discentes 25, 26
Docentes 25, 26, 27, 31
Doença 8, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 61, 62, 64, 71

E

Economia 6, 10, 11, 66, 67, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 87
Educação 18, 24, 25, 26, 32, 33, 64, 71, 78, 87
Eficiência energética 81
Ensino remoto 24, 26, 27, 31, 32, 33

Epidemiologia 43, 45, 49

F

Fake news 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

H

Habitação 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

I

Infecção 20, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 48, 50

Isolamento social 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 35

J

Jornalismo 15, 16

L

Lesão cardíaca 34, 37, 40

M

Maseru 62, 63, 64, 65, 66, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Mentira 16, 17, 18, 22

Moçambique 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78

Modelos mentais 1, 11

N

Notícias 16, 17, 18

O

OMS 15, 35

P

Pacientes 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50

Pandemia 1, 3, 7, 10, 12, 15, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 37, 40, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 66, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80

Pensamento sistêmico 1, 2, 3, 4, 11, 12, 13

Perfil clínico e epidemiológico 42, 43, 45, 47, 50

Política pública 1, 3, 9, 10, 12, 20, 82, 85

Portugal 79, 80, 86

Princípio da alavancagem 3, 4

Professores 24, 25, 26, 29, 31, 32

Protocolo comercial 62, 64, 65, 74, 75

R

Reabilitação 37, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Revisão integrativa 42

S

SADC 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 78

SARS-CoV-2 24, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 62, 63, 64

Saúde 3, 4, 8, 9, 10, 12, 15, 18, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 66, 71, 72, 73, 74, 76

Sistema cardiovascular 34, 35, 38, 39, 40

Sistema respiratório 34, 35, 36

Sociedade 18, 19, 20, 21, 24, 50, 74, 76, 79, 80, 87

SUS 44, 45, 50

T

Tragédia dos comuns 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11

V

Vacina(s) 3, 12, 15, 17, 18

Verdade 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 74

COVID-19:

Consequências econômicas e organização social

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br



COVID-19:

Consequências econômicas e organização social

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

